

Jucá garante portaria a índios do rio Negro

BRASÍLIA (SUCURSAL) — O presidente da fundação nacional do índio—FUNAI, Romero Jucá Filho, reafirmou ontem, aos índios do alto Rio Negro (AM), que vieram à Brasília manifestar seu apoio a portaria conjunta Funai/Dnrm, disciplinando a mineração em áreas indígenas, que aquele documento está em vigor, inclusive com enquadramento dos mais de 500 alvarás de exploração mineral concedidos à revelia do órgão tutor nas rígidas normas da portaria recentemente assinada pelos dois órgãos.

Romero Jucá Filho explicou que não cabe a Funai expedir alvarás de pesquisa ou lavra uma atribuição exclusiva do Dnrm. Lembrou que a portaria apenas regulamenta a lei 6001 (Estatuto do índio) votada pelo Congresso Nacional, e que determina sejam ouvidas a Funai e as comunidades indígenas na concessão de alvarás, o que não vinha sendo cumprido: Agora, acrescentou, estamos apenas cumprindo a lei e assegurando a exploração mineral racional e em respeito aos interesses das comunidades indígenas.

Pelo fato da lei ter sido aprovada pelo Congresso Nacional, o presidente da Funai descarta as afirmações de que a portaria veio atropelar o poder legislativo ou a Assembléia Constituinte: —“O país não pode parar enquanto os constituintes elaboram a nova carta. Temos uma legislação em vigor e que precisa ser cumprida. Quando tivermos uma nova constituição, é lógico, a atual legislação poderá ser substituída. Mas no momento, temos que enfrentar a realidade que significa respeitar os legítimos interesses dos índios de serem beneficiados pelas riquezas de suas terras, como ocorre com qualquer branco” — disse Jucá.

CRÍTICAS A IGREJA

As lideranças do alto Rio Negro criticaram as “entidades alienígenas” citando nominalmente o conselho indigenista missionário-Cime, da igreja católica, que segundo elas pretendem manter os índios numa vida primitiva, sem acompanhar a realidade nacional e sem poder dialogar de igual para igual com os brancos.

O líder indígena Alvaro Tukano pediu o fim da influência dessas entidades nas aldeias e o respeito a autodeterminação dos índios, acusando de haver muitos “carreiristas e oportunistas vivendo às custas da miséria do índio e impedindo-o de progredir”.

Já os índios Mário Atroari, Viana Atroari, Taucan Waimiri, denunciaram ao presidente da Funai o missionário do Cime Egidio Swad, recentemente expulso da área dos Waimiri-Atroari pelos próprios índios. O missionário foi acusado de querer obrigar os índios a não comerem comida cozida, a andarem nus e abandonarem seus anseios de progresso e de desenvolvimento, entre outras coisas. Outra denúncia feita sobre esse missionário refere-se ao desaparecimento de 22 mil marcos alemães, que lhe foram repassados, por organismos internacionais para serem aplicados na área e que até hoje não se tem notícia. Romero Jucá garantiu que o missionário não vai retornar a área e expediu ordem aos setores competentes da FUNAI para que apurem o destino que foi dado ao dinheiro e encaminhe o processo aos órgãos policiais e judiciais afetos à questão.

Os líderes indígenas do alto Rio Negro continuam em Brasília a espera do retorno do ministro Aureliano Chaves das Minas e Energia, para que este esclareça sua posição a respeito da portaria Funai/Dnrm. Os índios receberam informações de que Aureliano estaria contrário a regulamentação da mineração em áreas indígenas e esperam convencê-lo de apoiá-la com o argumento de que eles não podem viver isolados, numa redoma, e ainda por cima sofrendo graves reflexos da crise econômica.

O líder tukano Benedito Machado, observou que os índios “não são responsáveis pela dívida externa e querem participar das riquezas de suas terras que também beneficiarão a nação brasileira como um todo”.

Com o assessoramento da Funai e autodeterminação das comunidades como prevê a portaria; ele acredita que as mineradoras terão que deixar sua cota de participação nos projetos de desenvolvimento econômico e social das aldeias, o que não ocorria com relação aos 30 mil garimpeiros hoje em áreas indígenas. A portaria ao regulamentar a lei 6001 proíbe terminantemente a presença dos garimpeiros e abre a possibilidade de exploração apenas a empresas estatais e, em casos excepcionais — sempre com anuência previa das comunidades — a empresas mineradoras privadas exclusivamente nacionais.

MINAS E ENERGIA

Ao tentarem um contato, ontem, com o ministro das minas e energia, Aureliano Chaves que se encontra viajando ao Rio de Janeiro, os índios do alto Rio Negro foram recebidos pelo sub-chefe de gabinete Antonio Massarioli Andre, que pouco acrescentou; prometendo uma audiência com o ministro até o final desta semana. Disse apenas ter conhecimento de uma declaração pública de Aureliano sustentando as concessões de alvará em áreas indígenas até que a Assembléia Nacional Constituinte se pronuncie sobre o assunto. Os índios resolveram permanecer em Brasília para conversarem pessoalmente com o ministro, explicar-lhe suas posições favoráveis a imediata colocação em prática da portaria conjunta Funai/Dnrm.

Durante esta semana os líderes indígenas do alto Rio Negro — que representam mais de quarenta e cinco mil índios, da região amazônica — levarão ainda suas preocupações com relação a um possível adiamento dos efeitos da portaria aos ministros do interior, Francisco Cavalcanti e ao chefe do gabinete militar da presidência da República, Bayma Denys.

AUTODETERMINAÇÃO

O presidente da Fundação Nacional do Índio (Funai), Romero Jucá Filho, recebeu também anteontem; uma comissão representando as tribos do alto Rio Negro (AM), tendo à frente o líder Alvaro Tukano, que manifestou sua preocupação com os reflexos danosos que declarações de políticos e entidades contrárias à exploração mineral em áreas indígenas possam acarretar no andamento de projetos econômicos para suas aldeias.

Embora respeitem a posição desses segmentos, em especial no tocante aos índios não-aculturados, as lideranças que estão em Brasília observam que, no caso dos índios do alto Rio Negro, eles já estão associados à federação das organizações indígenas do alto Rio Negro, que congrega mais de 45 mil índios, “e não delegam a ninguém o direito de ser o seu porta-voz”, comentou Tukano.

Uma das principais bandeiras da federação — que congrega 18 diferentes grupos indígenas — é a defesa de sua autodeterminação, inclusive no que toca à exploração mineral de suas terras. As lideranças consideram necessário que os índios do alto Rio Negro tenham projetos econômicos próprios, “até como forma de aliviar o peso da própria Funai”.

“O que nos colocamos como importante nesse processo é que a Funai assessoros os índios em termos políticos, econômicos e técnicos. O que os índios do alto Rio Negro querem é compartilhar do progresso nacional, com liberdade para discutir seus projetos econômicos dentro de suas reservas, com assessoramento da Funai, e negociar com as empresas que estiverem em condições de entender a realidade dos povos indígenas e a situação nacional”, acrescentou Alvaro Tukano.

Entre as áreas indígenas do alto Rio Negro — uma das regiões brasileiras com maior potencial de exploração mineral — duas já estão com projetos em fase de pesquisa: a serra do caparro, próxima ao rio Iça; e a serra da traíra, no município de pari-cachoeira, onde há ocorrência auríferas.

Estiveram com o presidente Romero Jucá Filho para tratar da questão da mineração em área indígenas — regulamentada através de portaria conjunta Funai/Dnrm, que garante o pagamento de “Royalties” entre outros benefícios às comunidades indígenas — 12 líderes: seis Tukano, um Yanomami, um Bariweh, um Baré e três Waimiri-Atroari.

Entre as lideranças presentes à reunião com o presidente da Funai, os mais conhecidos, além do próprio Alvaro Tukano, são o presidente da federação das organizações indígenas do alto Rio Negro, Edgar Fernandes Rodrigues; o capitão-geral da área da serra do caparro, Francisco Apolinário; o presidente da associação da união das comunidades indígenas do rio tiqué, Carlos Eugênio Machado, e o representante-geral dos Yanomami, Júlio Goias Pinto.